

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES  
DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

## ASSENTAMENTOS RURAIS E A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1970-1989): NOTAS DE PESQUISA

Pedro Cassiano Farias de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal  
Fluminense (UFF) e bolsista do CNPq

[pcfo@hotmail.com](mailto:pcfo@hotmail.com)

### Contextualizando a reforma agrária

As tensões e conflitos agrários se intensificaram na década de 1960 devido a múltiplos fatores. Dentre eles destacamos o aumento da produtividade pela técnica que diminuía a necessidade de mão-de-obra fixa nas propriedades ocasionando a expulsão dos trabalhadores rurais que moravam dentro da grande propriedade. Assim, a luta pela reforma agrária no Brasil se intensificou nesse período com a eclosão de diversos movimentos sociais de pequenos produtores, sobretudo no Nordeste do país e a questão da reforma agrária tornou-se latente. Esses conflitos expressam mais do que uma disputa pela propriedade da terra “[...] *são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento ‘territorial’ rural e nestes se desdobram.*” (Fernandes, 2008, p. 174). Isso quer dizer que consideramos as lutas pela reforma agrária uma crítica direta as formas de produção capitalista desiguais no campo brasileiro e não somente uma luta por mudanças reformistas.

Assim, é possível perceber que a maioria da população rural não detinha a propriedade da terra, conformando-se com relações informais de renda da terra como parcerias, arrendamentos, ou mesmo o indivíduo “pagava” com sua própria força de trabalho na produção da grande propriedade em troca da moradia dentro da propriedade com sua família e do estabelecimento de um roçado para subsistência. Contudo, no decorrer dos anos 1960, houve uma massiva expropriação desses moradores que foram expulsos da propriedade, uma vez que a produção

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES

DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

demandava novas áreas de plantio. A resistência desses trabalhadores fez surgir as Ligas Camponesas<sup>1</sup>.

Canalizando as aspirações dos trabalhadores rurais [as Ligas Camponesas], na abertura dos anos 1960 já existiam em 13 estados, somando em 1963 um total de 218 organizações. O movimento sindical rural, igualmente, ia em crescendo: em 1963, existiam 270 sindicatos rurais reconhecidos legalmente e outros 557 aguardavam registro [...] (Netto, 2014, p. 46).

Aqui é importante observar que a organização e movimentos sociais no campo não se concentraram no Nordeste do país, mas pipocavam em outras regiões, ocorrendo diversos levantes contra as opressões e expropriações sofridas pelos trabalhadores rurais e pequenos produtores.

O ponto mais alto dessas mobilizações pode ser considerado a realização do I Congresso Camponês Nacional, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB)<sup>2</sup> no ano de 1961, em Belo Horizonte com a participação de mais de 1,4 mil delegados. Esses delegados eram compostos não somente por membros da ULTAB, mas também por integrantes das Ligas Camponesas. O Congresso teve ainda a participação do presidente João Goulart (1961-1964), evidenciando seu compromisso com propostas reformistas. Por outro lado, os setores conservadores, incluindo os grandes proprietários viam a participação do presidente no Congresso como uma clara demonstração de inclinações “comunistas”.

<sup>1</sup> A expressão camponês possui uma longa discussão dentro da historiografia brasileira. Esse termo foi na década de 1950-60 apropriado pelos trabalhadores rurais e pequenos produtores tendo um sentido mais político do que propriamente econômico, uma vez que a noção de camponês está muito ligada ao modo de produção feudal na Europa dos séculos V ao XV. Assim, essa apropriação possui internamente um ressignificação do termo, sobretudo em contraste com a noção de latifundiário que comumente é referência ao grande proprietário rural. De qualquer maneira entendemos que a relação entre latifundiários e camponeses expressam uma relação entre classes dominante e classes dominadas ou subalternas no meio rural brasileiro e, portanto, optamos pela nomenclatura “trabalhadores rurais” e/ou “pequenos produtores” versus “grandes produtores/proprietários” e/ou e/ou “empresários rurais” por entendermos que essa designação facilita a compreensão do texto e rechaça qualquer sentido político que possa obscurecer a análise histórica aqui proposta. Para mais informações ver (ABRAMOVAY, 1992).

<sup>2</sup> A ULTAB foi criada em 1954 sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em âmbito nacional e que ganhou enorme projeção nesse momento.

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES

DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



**TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

Em 1963, o presidente João Goulart estabeleceu o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que garantia a sindicalização rural corporativista e previa a criação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e do sindicato patronal, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Esta última, já existia desde 1951 com o nome de Confederação Rural Brasileira (CRB), considerada como braço sindical da entidade da sociedade civil, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), cujos quadros da confederação seriam ocupados por importantes dirigentes da SNA durante longo período (Ramos, 2010, p. 35).

O golpe civil/empresarial/militar de primeiro de abril de 1964 interrompeu o desenvolvimento das organizações dos trabalhadores rurais e a possibilidade da concretização de projetos políticos de cunho reformista, incluindo a discussão sobre a reforma agrária. O golpe teve apoio das agências da classe dominante agroindustrial. Em contrapartida, houve intensa repressão às organizações dos trabalhadores rurais, sobretudo as Ligas Camponesas e a ULTAB, além do controle dos sindicatos rurais. A CONTAG, logo após o golpe, sofreu intervenção, pois suas lideranças eram vinculadas ao PCB e a Ação Popular (AP)<sup>3</sup>. Antes de avançarmos, porém, devemos nos deter a análise do Estatuto da Terra, lançado no governo do primeiro general Castelo Branco (1964-1967), pois o estatuto estabeleceu os alicerces das diretrizes da política agrícola e agrária do Brasil nas décadas seguintes.

## **Estatuto da Terra**

José Paulo Netto afirma que o primeiro governo militar foi marcado por um ciclo de continuidades e rupturas, em relação ao passado (Netto, op. cit., p. 89). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que ocorria a repressão aos movimentos sociais, cassação dos direitos políticos de diversos deputados e senadores opositores do regime, o presidente militar Castelo Branco criou o Grupo de

---

<sup>3</sup> Organização de esquerda cristã da Juventude Universitária Católica (JUC), muito atuante nos movimentos sociais no Brasil nesse período.

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES  
DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE  
Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalho do Estatuto da Terra (GRET) para elaborar uma lei que respondesse às demandas reformistas.

A notícia promulgação do Estatuto não foi bem recebida pelas agremiações patronais rurais que criticaram o projeto e interferiram em sua elaboração. Na confecção do Estatuto, deliberadamente, ocorreram diversas reformulações do texto que, deliberadamente, O esvaziaram de quase todos os seus traços “reformistas”. Sua versão final, publicada em novembro de 1964, representou diversos “recuos”, mas imprimiu também alguns avanços segundo a bibliografia especializada (Bruno, 1995; Leite e Palmeira, 1998; Mendonça, 2010b).

Podemos, contudo, afirmar que o Estatuto da Terra consagrou a “produtividade” como eixo do desenvolvimento rural, implicando na eleição da improdutividade como fator de “atraso” e desigualdade no campo. Isso pode ser considerado um grande retrocesso nas discussões sobre a questão agrária no Brasil, ao mesmo tempo em que consagrava a vitória da classe dominante agroindustrial no país.

[O estatuto] estabelece medidas que aumentam o controle do governo central sobre a estrutura fundiária, impondo o imposto territorial, o cadastramento rural, fixando as normas de utilização das terras públicas e o direito de expropriação de terras privadas contra pagamento em bonos do governo e, finalmente, de cooperativismo e promoção da modernização do campo (Sorj, 1981, p. 23)

## Extensão Rural no Brasil: origens e princípios gerais

O primeiro acordo de assistência técnica e extensão rural como política pública no Brasil foi assinado entre a *American International Association*<sup>4</sup> (AIA) e o governo do Estado de Minas Gerais, pelo então governador Milton Campos (1947-1951) criando a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), com a direção

<sup>4</sup> Talvez ao mergulhar na pesquisa sobre Nelson Rockefeller alguns autores perdem a noção crítica e passam a estabelecer juízos de valores ao enaltecer a filantropia do magnata do petróleo perdendo de vista suas intenções capitalistas, como o recém trabalho de Antonio Pedro Tota *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*, lançado pela Cia das Letras (2014). Para mais informações críticas pertinentes sobre o assunto ver COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES

DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

de um americano funcionário da AIA, Walter Crawford<sup>5</sup>. A iniciativa teve continuidade no mandato de Juscelino Kubitschek (1951-1956) e quando chegou à presidência, em 1956, elevou a política de extensão rural para o âmbito nacional criando a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). A intermediação dessa nacionalização do extensionismo pode ser relegada aos estreitos laços do primeiro presidente da ABCAR, João Napoleão de Andrade<sup>6</sup>, com Juscelino e com Nelson Rockefeller (Ribeiro, 2000, pp. 100-101). A AIA seria uma das mantenedoras da ABCAR e de suas filiadas estaduais fornecendo recursos mesmo após sua saída na administração da associação.

Devemos também deixar claro que o extensionismo praticado nas décadas de 1950-60 voltava-se para o pequeno produtor, sobretudo pequenos proprietários. Todavia, tanto a direção quanto à iniciativa da implantação e consolidação do extensionismo ocorreu através do apoio dos grandes produtores através de suas entidades de classe como a SNA e a CNA (Mendonça 2010b; Oliveira 2013).

A ação extensionista consistia na difusão de técnicas e tecnologia agropecuária através de uma metodologia supostamente educativa, com o objetivo de imprimir o saber “moderno”, isto é, a racionalidade econômica na produção agropecuária. Em outras palavras, a lógica era a de que, através da adoção de

<sup>5</sup> Formado em Arkansas, EUA, em 1933, trabalhou, ainda em solo americano, na *Farm Security Administration*. Entre 1943-47 esteve no IICA - *Internacional Cooperation Administration* (Cooperação Internacional de Administração), quando foi enviado ao Paraguai e ao Haiti. Em 1948, foi para Venezuela, a serviço da AIA. No final desse ano, veio para o Brasil, onde no dia 6 de dezembro ajudou na criação da Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, em Minas Gerais, da qual foi diretor até março de 1953. Em sua gestão como diretor foi implantada a estrutura Escritório Local, Escritório Regional, Escritório Central. Saiu da presidências, mas permaneceu na ACAR-MG, até 1960, como membro da Junta Administrativa.

<sup>6</sup> Mineiro e grande proprietário de terras em Minas Gerais, João Napoleão estudou nos Estados Unidos, pois sua família exportava cristal de rocha para os Estados Unidos durante o período da II Guerra Mundial. Ingressou em 1926, como funcionário do Banco do Brasil. Foi Presidente da ACAR-Minas de 1951 a 1971. Presidente da ABCAR durante toda a sua existência saindo apenas devido ao seu estado de saúde. Acumulou juntamente com a presidência da ABCAR a presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo no período de 1961-62. De 1965-66 foi presidente do Comitê Técnico Interamericano para Juventude Rural da OEA, mantendo-se membro até 1970. Foi Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil de 1966-69. Diretor técnico da CRB/CNA de 1963-66. Foi agraciado com as seguintes medalhas: “*Lane Bryant Internacional Volunter Award*”, Medalha Inconfidência – 1961, Medalha do Mérito Agrícola (concedida pela SNA) – 1963, Medalha José Bonifácio.

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES  
DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE  
*Universidad Nacional de Quilmes*  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



**TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

técnica e/ou tecnologias agrícolas, seria possível aumentar a produtividade sem aumentar a propriedade. Nesse momento, entendemos a defesa dos grandes produtores às práticas extensionista tendo em vista que tal política não comungava da necessidade de repensar, ou alterar, a estrutura agrária desigual. Assim, nadando na contracorrente dos estudos sobre extensão rural no Brasil, podemos afirmar que, em certa medida, a política de extensão rural é encarada nesse trabalho como uma “alternativa” à política de reforma agrária que, como vimos anteriormente, estava tão em voga nesse momento.

Atravessando todo o discurso extensionista é possível também perceber, como uma espécie de objetivo implícito, uma tendência à desmobilização política pela via da racionalidade econômica, uma vez que a política de extensão rural era apresentada como “apolítica”. Na publicação “*A extensão rural em meio século: a experiência do Rio Grande do Norte*” escrita pelo extensionista Manoel Marques da Silva Filho é possível visualizar esse discurso “positivado e apolítico” do extensionismo ao defender uma “perfeita harmonia” da presença extensionistas entre esses e a população rural:

Os técnicos de nível superior e de nível médio, entre eles incluídas as conhecidas como “moças da ANCAR [Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural] e da EMATER [Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural]”, se confundiram durante estes 50 anos com a paisagem da terra em meio às suas pessoas e os seus acontecimentos. Conjuntamente com os homens e mulheres jovens rurais, falara e ouviram, e mais que isto: semearam bons frutos (Silva, 2005, p. 32).

A semeadura de “bons frutos” destacada no trecho acima corrobora para mostrar a penetração da extensão rural não somente numa dimensão cultural, como numa própria dimensão geográfica. A lógica da ação extensionista estava no contato direto com os produtores com os extensionistas deslocando-se pelo interior do país e estabelecendo escritórios locais nos municípios. Não é a toa que a expressão “um homem, uma mulher e um jipe” ilustra bem a figura da extensão rural no Brasil. O extensionista técnico, o “homem”, era formado em agronomia e responsável pela execução direta das atividades técnicas enquanto que a “mulher” era formada em

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES

DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



**TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

economia doméstica e responsável pelas práticas educativas ligadas ao lar, ensinamentos sanitários e organizações assistencialistas em geral. Nesse sentido, a extensão rural conjugava crédito, assistência social e assistência técnica por meio diferentes ações.

## II PND e a EMBRATER: mudanças de paradigmas (1974-1979)

É consenso entre a historiografia sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) que nesse período iniciou-se uma série de controle dos gastos públicos e arrocho salarial para conter a crise econômica que se abateu no país face ao esgotamento da política econômica das décadas anteriores, sobretudo na gestão do presidente Juscelino Kubitschek. Contudo, em 1968, eclodiu o suposto milagre brasileiro que “[...] *nada mais significou senão a garantia de lucros mirabolantes às empresas oligopolistas, nacionais e estrangeiras.*” (Fontes e Mendonça, 1988, p. 22). Além disso, a conjuntura internacional também encontrava-se em crise diante do choque do preço do petróleo em 1973. Assim, o esgotamento desse modelo econômico rapidamente minou o crescimento milagroso.

O quarto presidente general, Ernesto Geisel (1974-1979) lançaria o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) visando redirecionar a política econômica com ênfase no setor de bens de produção. Isso se traduziu, no âmbito da política agrícola, em “produzir para exportar” maximizando a disponibilidade de divisas para o país. O II PND inaugurou também, para o setor agropecuário, o discurso da “vocação do país como supridor mundial de alimentos e matérias-primas”, prevendo ajustar a balança de pagamento.

Nossa produção pode ser multiplicada várias vezes, porque temos um mercado interno. Fala-se que a nossa população é subnutrida e necessita de alimentos. Por outro lado, podemos exportar, e exportar muito, porque o mercado internacional também se apresenta com características de fome. (O Globo, 18/11/1975, p. 46).

Nesse momento, ao lado da pesquisa agropecuária e do crédito rural, o extensionismo foi elencado como uma das principais estratégias de ação para o

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES

DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



**TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

aumento da produtividade no campo, baseadas no tripé *pesquisa-crédito-extensão*. Criou-se, em 1974 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) absorvendo o antigo Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA). No caso do crédito rural, havia o Serviço Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965 e que durante os anos 70 financiou a *modernização conservadora e dolorosa da agricultura*<sup>7</sup> do grande produtor (Silva, 1982).

Por fim, o II PND criou as bases para a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1974, extinguindo a ABCAR. A empresa seria alardeada como uma das “novas” estratégias para a modernização do campo, sobretudo na participação da produção de alimentos (EMBRATER, 1976, p. 10), porque:

[...] até há pouco tempo, enquanto o fator crédito merecia atenção do Governo, os outros dois [pesquisa e extensão] ocupavam planos secundários. [...] A promessa de mudanças está nas atividades que estão sendo desenvolvidas por duas empresas estatais que entraram em funcionamento recentemente: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Dos resultados que poderão ser obtidos por essas entidades depende o aumento da produtividade, **única alternativa para o desenvolvimento da agropecuária nacional**. (*O Globo*, 21/05/1975, p. 161, grifos nossos).

Na documentação oficial a EMBRATER denominava-se como “[...] *produtivista-humanista, com ênfase marcada na transferência de tecnologia, mas, ao mesmo tempo, com abertura para a ação social planejada*” (EMBRATER, *op. cit.*, p. 11). Tal como a ABCAR, a nova empresa passaria a ser coordenadora do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), porém a essência do extensionismo seria totalmente alterada, ocorrendo o:

<sup>7</sup> A chamada “modernização conservadora” pode ser considerada como uma espécie de intensificação do capitalismo no campo através do investimento em industrialização do modo de produção agropecuário – maquinarias, insumos químicos e produtos modificados geneticamente – que culminou na criação de Complexos Agroindustriais (CAIs) e na reestruturação produtiva mais integrada. Para tal mudança, fora necessário uma soma de investimentos altíssimos subsidiados pelas linhas de crédito rural a juros negativos, sobretudo para os grandes produtores, para promover a integração da agropecuária na economia não somente como fornecedora de matérias primas, mas inclusive como consumidora de produtos industrializados e maquinaria, tornando-se verdadeiras “empresas rurais”

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITÓRIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

[...] desaparecimento do binômio Crédito e Assistência Rural substituído por outro – Assistência Técnica e Extensão Rural, implicando na substituição da figura da **associação** – que até então presidira o funcionamento do Sistema – pela da **empresa**. Ao mesmo tempo, embora o discurso veiculado através da Embrater continuasse afirmando justamente o contrário, a **família rural deixaria de ser o sujeito da ação Extensionista**, ocupando seu lugar os **produtos agropecuários**, bem ao sabor do modelo do Sistema de Pesquisa em geral, e da EMBRAPA, em particular [...] (Mendonça, op. cit., p. 71 e 72)

Assim, durante a década de 70, a EMBRATER agiria em duas frentes principais: difusão de alta tecnologia através do extensionismo rural privado<sup>8</sup> direcionado para grandes e médios produtores. No caso das ações direcionadas para pequenos produtores a EMBRATER promoveria, individualmente ou aliada a outros órgãos estatais, projetos referentes a programas de aumento na produção de alimentos, sobretudo para a região Nordeste, historicamente marcada pelos mais altos índices de pobreza e desigualdade fundiária, seguindo a estratégia do II PND de desenvolver áreas geograficamente mais desprovidas do país (Lessa, 1998, pp.130-131). O convênio da EMBRATER com diversas superintendências de desenvolvimento criadas no período militar comprova tal assertiva:

Quadro I - Projetos de Assistência técnica e extensão rural realizados pela EMBRATER em convênios – 1975-76

Nome do projeto	Atividade	Conveniados
POLOAMAZÔNIA	Promoção do Cooperativismo Assistência aos produtores	Superintendência da Borracha - SUDHEVEA
Incentivo à produção e Borracha Vegetal	Assistência técnica na formação de seringais e recuperação de seringais nativos	SUDHEVEA
Projeto Nacional de Capacitação de mão-de-obra rural	Capacitação do coordenadores e extensionistas Treinamento de trabalhadores rurais	Ministério do Trabalho
Projeto de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira	Treinamento de extensionistas para o atendimento aos pescadores Assistência técnica aos pescadores	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)/PES CART Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

<sup>8</sup>A extensão rural privada era composta de departamentos de extensão de empresas de insumos agrícolas e maquinarias ou de extensionistas autônomos cadastrados na EMBRATER para poder exercer a profissão. (Peixoto, 2009)

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITÓRIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

	Promoção da pesca artesanal Formação de cooperativas Crédito Rural	(INCRA) Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)
Programa Nacional de Cooperativismo (PRONACOOP)	Treinamento de Coordenadores de cooperativismo	INCRA BNCC Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Programa Nacional de Armazenamento (PRONAZEM)	Participação de extensionistas no Seminário da CIBRAZEM Treinamento de extensionistas pelo CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM)
Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em áreas rurais de baixa renda no Nordeste	Assistência social e técnica Treinamento de orientadores de saúde Formação de cooperativas Crédito Rural Pesquisa para estudo de referencial na área	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) UNICEF
Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO)	Florestamento e reflorestamento Experimentação e promoção agropecuária arroz, soja, milho e pecuária Crédito Rural Orientado Apoio básico (estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem e comercialização)	EMBRAPA
Programa Nacional de Conservação de Solos (PNCS)	Assistência Técnica e extensão rural específica para conservação de solos em oito estados Aperfeiçoamento de técnicos Promoção do PNCS Implantar 290 Unidades demonstrativas de conservação de solos	Ministério da Agricultura

Fonte: EMBRATER. *Desempenho 1976-Perspectivas 1977*. Brasília, Embrater, 1976. EMBRATER. *Desempenho 1975*. Brasília, Embrater, 1975.

Se por um lado a participação da EMBRATER era ativa nas campanhas de desenvolvimento produtivistas, é latente a expressiva diminuição dos programas assistenciais executados pela empresa em comparação com a sua antecessora. Os projetos voltados para a saúde, como os mini-postos de saúde nos escritórios regionais; para a educação, como as parcerias com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) ou mesmo cursos de economia doméstica foram retirados

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

dos programas da EMBRATER que passaram a visar, exclusivamente, à produtividade “*deixando claro que, neste esforço conjunto, caberia à EMBRATER coordenar e executar as ações relacionadas à produção agropecuária, enquanto as ações sociais seriam cobertas por outras entidades, mediante acordos e convênios*” (Rodrigues, 1994, p. 203). Portanto, a bibliografia especializada no tema é unânime em caracterizar esse período como *produtivista*, voltado exclusivamente para os resultados econômicos de produção.

Nesse período, a extensão rural parece ter vivido a sua fase de orientação produtivista mais exacerbada contribuindo de forma decisiva para a modernização conservadora da agricultura, cujo traço mais característico foi a desigualdade, colocando à margem do processo quase a totalidade dos pequenos agricultores que constituía a sua clientela preferencial (Idem, p. 176).

### **Redemocratização, reforma agrária e extensão rural na “Nova República” (1985-1989)**

Os segmentos dos trabalhadores urbanos e rurais foram duramente penalizados na ditadura militar pelos planos econômicos que impetravam duras medidas de arrochos salariais, relações precarizadas de trabalho, sem contar com a expropriação dos pequenos proprietários que levava ao aumento da pobreza, do desemprego no campo e na cidade. Não é a toa que nesse momento: “[...] *pipocavam embates de trabalhadores rurais e lutas populares diversas, convivendo com o surgimento de novas reivindicações próprias de uma sociedade já amplamente urbanizada e dramaticamente desigual.* [...] (Fontes, 2010, p. 319).

Sabemos que no início dos anos 1980, o governo militar do presidente Figueiredo (1979-1985) detinha em mãos uma série de problemas econômicos, sem contar com as inúmeras manifestações de movimentos sociais a favor do retorno da democracia no país.

[...] as reivindicações democratizantes reapareceriam na década de 1970/80, com um perfil de requerimentos bem mais extenso e complexo e exigiriam um período mais longo e um processo mais tortuoso para a contenção. As mais significativas expressões nacionais dessa luta foram a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (Idem)

Antônio Delfin Netto, arquiteto do “milagre econômico” como Ministro da Fazenda no governo Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) foi trazido de volta, primeiro como Ministro da Agricultura<sup>9</sup> (1979) e depois como Ministro do Planejamento (1979-1985), mas não conseguiu refazer o milagre.

A redemocratização colocou-se eminente diante dos desgastes recorrentes do governo autoritário. Em 1982, com a eleição direta para cargos do legislativo e governadores do estado houve uma vitória esmagadora do único partido oficial de oposição consentida – o Movimento Brasileiro Democrático (MDB) – em função do partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) apontando para uma abertura política concretizada em 1985 com a vitória do primeiro presidente civil, Tancredo Neves – ainda pela eleição indireta. Contudo, Neves não chegou a tomar posse devido a seu falecimento trágico cabendo a seu vice, José Sarney, assumir a presidência.

Sarney pelo fato de ter sido ex presidente da ARENA, causou sério desconforto e insegurança diante da transição democrática para a suposta “Nova República”. Assim, as bases para o estabelecimento de um projeto político ainda não estavam claras e as demandas dos movimentos sociais ganharam força, *“talvez, exatamente por isso, o novo bloco no poder, ainda em desenho, tenha tentado empreender algumas iniciativas reformadoras, no sentido de capitalizar prestígio e, sobretudo, legitimidade.”* (Mendonça, 2010a, op. cit., p. 90).

Ao mesmo tempo, a revista *Extensão Rural* (ER), editada pela EMBRATER, veicularia na capa de sua primeira publicação, em 1985, a foto de um homem idoso apoiado numa enxada com o título *“A grande mudança: prioridade ao pequeno produtor”* (*Extensão Rural*, jan./fev. 1985, capa). No editorial, o presidente do órgão, Glauco Olinger, anunciaria vinte e duas teses para a solução da política agrícola. As

<sup>9</sup> Sonia Mendonça afirma que a nomeação de Delfin Netto para a Pasta da Agricultura foi bem recebida pela agremiação dos grandes produtores paulistas (Mendonça, 2010a, p. 58).

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES  
DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE  
Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

teses apresentadas não continuam novidades em relação às políticas já empreendidas: crédito rural, aumento da produtividade pela técnica, adaptações de tecnologias à realidade do campo brasileiro, etc. Contudo, a terceira tese indicava: “apoiar a manutenção e a formação da propriedade familiar, através da **reforma agrária**, por ser esta a mais conveniente para o país, com base no princípio de que a terra deve pertencer a quem trabalha e dela viva.” (Idem, p. 2, grifos nossos). Pela primeira vez no editorial deste periódico proferiu-se a expressão “reforma agrária”. Consideramos, portanto, que esse discurso, mesmo que ainda de modo tímido, evidenciava prenúncios das mudanças políticas que o país estava vivenciando, mais especificamente a retomada da defesa da reforma agrária.

Logo após sua posse, o presidente Sarney manteve a composição dos Ministérios escolhidos pelo presidente eleito Tancredo Neves. Dessa forma, na Pasta da Agricultura foi indicado Pedro Simon, político gaúcho e membro do MDB. Simon, por sua vez, demitiu diversos dirigentes de segundo escalão do Ministério, incluindo o presidente da EMBRATER Glauco Olinger, colocando em seu lugar o extensionista da ANCAR-Pernambuco Romeu Padilha de Figueiredo. A revista ER, publicou uma matéria sobre o novo presidente alegando que a escolha do Ministro foi, na verdade, uma sujeição da eleição realizada pelos funcionários da própria empresa que compunham a Associação de Servidores da EMBRATER (Asser) que “democraticamente” o elegeram, com 83% dos votos (*Extensão Rural*, mar./abr./mai, 1985, p. 20).

Apesar de ter nascido no Rio Grande do Sul<sup>10</sup>, Padilha de Figueiredo fora criado em Pernambuco sendo importante extensionista de carreira no Nordeste. Foi também membro do grupo de trabalho de alfabetização de Paulo Freire, na Universidade do Recife. Padilha tinha ainda intimas ligações com as organizações da Igreja Católica, pois fora Coordenador do Movimento de Educação de Base da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), professor do Seminário

<sup>10</sup> Estado na região Sul do país predomina a pequena propriedade e colonização europeia iniciada no final do século XIX.

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Regional do Nordeste e do Mosteiro Beneditino de Olinda (PE). Essas informações trazem à luz a aproximação inédita entre extensão rural e a Igreja Católica que, apesar de ter apoiado o golpe de 64, mudou de posição a partir de 1973, passando a fazer oposição ao regime. Segundo Bernardo Fernandes (1996) a fundação das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) foram importantes espaços socialização e organização política das populações rurais, posto que *“as comunidades deixam de ser apenas o lugar onde os fiéis iam à procura de paz para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas a respeito da vida.”* (Idem, p. 70).

Outra ação importante da Igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que através da articulação com as paróquias e CEBs do interior do país publicaria relatórios sobre a violência no campo e participaria de diversas organizações de Conferências dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>11</sup>, e da CONTAG, contribuindo, assim, como importante caixa de ressonância da luta no meio rural.

Romeu Padilha também era, enquanto presidente da EMBRATER, membro da diretoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Seu fundador era ninguém menos que José Gomes da Silva<sup>12</sup>, figura expoente na defesa da reforma

<sup>11</sup> Tanto o MST como a CUT configuravam-se nesse período como expoentes de uma nova representação dos segmentos dos trabalhadores rurais (MST) e sindicato de trabalhadores urbanos (CUT). Para mais informações ver: BOITO, Armando (org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 e FERNANDES, Bernardo Mançano. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>12</sup> Nasceu em Ribeirão Preto/SP. Em 1964 formou-se em agronomia na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo/USP, Em 1950 obteve o título de "Master of Science" pela University de Illinois, nos EUA e, em 1954, tornou-se "Doutor em Agronomia" pela Universidade de São Paulo/USP. A partir de 1963, participou de vários cursos internacionais sobre Reforma Agrária, patrocinados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA. Foi bolsista da OEA e visitou projetos de Reforma Agrária em diversos países.

Silva tem vastíssimo currículo no serviço público, que iniciou em 1959, como Diretor da Divisão de Assistência Técnica Especializada do Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Em 1964, foi Presidente da Superintendência de Política Agrária/SUPRA e responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA. No ano seguinte, foi membro do Grupo de Trabalho de Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET), instituído junto ao Gabinete do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica e assumiu a Coordenadoria do

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

agrária no Brasil e que fora empossado por Sarney como presidente do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). A ABRA tornou-se a principal entidade da sociedade civil a lutar pela reforma agrária desde sua fundação em 1967, promovendo diversas ações e discussões sobre o tema e constituindo-se como apoiadora dos movimentos sociais no campo nesse período.

Dessa forma, vemos a indicação de Romeu Padilha à presidência da EMBRATER como um marco na postura da política da extensão rural distanciando-se dos projetos dos grandes proprietários da qual eram oriundos – para uma *aproximação* com os movimentos sociais no campo e suas entidades contra hegemônicas.

Já como presidente da EMBRATER, Romeu Padilha de Figueiredo concedeu entrevista ao jornal *Sem Terra* que era publicado pelo MST. nela, intitulada “*Toda assistência técnica à Reforma Agrária*” Figueiredo assegurava que a EMBRATER:

*Já tem experiência na extensão rural com trabalhos de formas coletivas – cooperativa, uso comum da terra – que poderão ser aperfeiçoados e ampliados. É filosofia da extensão rural na ‘Nova República’ respeitar os valores, desejos e tradição dos agricultores. (Sem Terra, jul. 1985, p. 14)*

---

Grupo de Trabalho do Programa Específico de Cooperativas Açucareiras de Reforma Agrária. Foi o idealizador e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária/ABRA, em 1967, foi seu Diretor-Executivo e Presidente reeleito por diversas gestões.

Foi ainda Consultor da FAO/IICA nos Estudos do Comitê Especial da FAO sobre Reforma Agrária em Roma, na Itália. Consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na preparação de informe sobre "Capacitação de Camponeses para a Reforma Agrária e Colonização" em 1972 e Consultor da FAO em 1975 na Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional na preparação do estudo: "Novas Formas da Organização da Produção Agrícola" em Berlin, na República Federal da Alemanha.

Como empresário, José Gomes da Silva exerceu o cargo de Diretor da Cooperativa Agrícola de Pirassununga e da Cooperativa Agropecuária de Campinas. Em 1983, assumiu o cargo de Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Em 1984, como Vice-Presidente do Conselho Estadual de Energia, ficou encarregado dos programas de biomassa, especialmente do Proálcool e suas implicações fundiárias.

Convidado pelo Presidente eleito Tancredo Neves, assumiu em 1985, no governo Sarney, a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA e coordenou a equipe que elaborou o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária da Nova República-PNRA. Em 1990, foi coordenador da área de Agricultura e Reforma Agrária do Governo Paralelo da Frente Brasil Popular. <http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2010/12/nasceu-em-ribeirao-preto-sp.html> acessado em 12 de abril de 2015.

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES

DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



**TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

Nesse momento a discussão acerca do I PNRA ainda estava sendo feita e por isso, Romeu Padilha foi cauteloso em não dar opinião que pudesse comprometê-lo, como já havia feito anteriormente<sup>13</sup>.

A proposta do governo prevê a desapropriação do latifúndio ocioso, quando objeto de especulação. Não sei, depois de discussão da sociedade, como ficará – se vai utilizar também terras ociosas do governo, do latifúndio improdutivo. E quem tem medo são os que especulam com as terras e não produzem. Esses serão prejudicados, a curto prazo pelo menos, com a Reforma Agrária (Idem)

Sua postura seria defendida igualmente na revista da EMBRATER, em editorial escrito por ele:

Total engajamento no Plano Nacional de Reforma Agrária, [...] o Sistema Embrater sugere, para o atual Governo, as diretrizes que se seguem: **Reforma Agrária** – participação no processo de discussão e análise dos Planos de Reforma Agrária, bem como na seleção, organização, treinamento e assessoramento técnico dos assentados e de suas associações. (*Extensão Rural*, mar/abr/maio, 1985, p. 2)

Contudo, foi no IV Congresso da Contag, em maio de 1985, que o presidente Sarney apresentou a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), cuja elaboração ficou a cargo de José Gomes da Silva. O anúncio do plano no congresso dos trabalhadores foi visto como uma “afrenta” pelos grandes proprietários (Mendonça, 2010a). Assim, de março, quando o projeto começou a ser elaborado, até outubro, quando de fato o I PNRA fora promulgado, ocorreram diversas manifestações tanto dos movimentos sociais quanto das entidades patronais. As principais agremiações dos grandes proprietários e empresários rurais realizaram, logo em julho, o I Congresso dos Proprietários de Terras. Nas palavras do próprio presidente da Sociedade Rural Brasileira<sup>14</sup> (SRB), Flávio Menezes:

<sup>13</sup> “Há poucos dias Romeu foi repreendido pelo presidente José Sarney, por suas declarações contra o latifúndio. A direita alardeou a sua queda, mas ele segue na presidência da EMBRATER.” (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 14)

<sup>14</sup> Sonia Mendonça ressalta que a SRB foi uma influente agremiação, fundada em 1919 para fazer frente à SNA. A SRB detinha como sócios apenas grandes proprietários paulistas incluindo também empresas, sobretudo de beneficiamento de alimentos como frigoríficos.

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Esse congresso foi fundamental. [...] se alguém não te puser no Jornal Nacional<sup>15</sup> você morre anônimo. Você não existe, é invisível. [...] E nós conseguimos isso, naquele dia, naquela reunião, naqueles dois dias. A partir daí, o governo percebeu que a reação no Plano era muito forte, que era preciso dialogar, conversar, reelaborar e, se fosse o caso, rever tudo o que foi feito (Carvalho e Bruno, 2009, p. 51)

Mesmo assim, o Plano fora “vendido” como uma resposta direta do novo governo às demandas sociais do campo, sobretudo pela ação de ocupação de terras por famílias expropriadas lideradas pelo (MST) que passaria a realizar diversas invasões de terras consideradas improdutivas.

Contudo, o Plano foi diversas vezes revisado e o texto aprovado se distanciaria muito da essência progressista contida no plano original. O resgate do Estatuto da Terra marcaria as diretrizes do I PNRA, pois “[...] visa[va] a atingir os objetivos e metas definidos neste documento a partir da observância dos preceitos constitucionais e da aplicação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).” (I PNRA, 1985, p. 6). Mesmo assim, o plano previa o assentamento, no período de quatro anos, de 1,4 milhão de famílias em todos os estados do país.

Segundo o I PNRA, os assentamentos poderiam ser organizados de forma coletiva ou individual de acordo com a preferência dos assentados. (I PNRA, 1985, p. 28). A implementação do I PNRA ocorreria de forma lenta e irregular. Os projetos de assentamentos executados, preocupavam-se mais em resolver situações de conflitos imediatos do que realmente lidar com a questão agrária no país, ou mesmo promover o potencial produtivo da pequena propriedade de longo prazo. Essa ineficácia da execução do PNRA pode ser atrelada a dura oposição que sofrera das agremiações dos empresários rurais na sociedade civil, sobretudo a SRB. Sonia Mendonça afirma que a estratégia da SRB era a desqualificação do plano e a defesa de uma reforma agrícola antes de se pensar em qualquer tipo de reforma agrária. Tal como Mendonça, Regina Bruno e Abdias Carvalho ressaltam que a SRB detinha o discurso de defesa da “primazia” da política agrícola sobre a política agrária.

<sup>15</sup> Programa jornalístico da Rede Globo de televisão que possui, até o momento, a maior audiência do horário nobre na tv brasileira.

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

(Carvalho e Bruno, op. cit., p. 47). Todavía, o mais interessante nesse processo é a defesa, nesse momento, do Estatuto da Terra pelos grandes proprietários e empresários rurais que se opuseram duramente no momento de sua promulgação em 1964.

Um dos argumentos de Flávio Menezes (presidente da SRB) é o de que o I PNRA, ao criar um setor reformado, estaria extrapolando os preceitos legalmente estabelecidos do Estatuto da Terra: “Eu acho que aplicar o Estatuto da Terra era uma coisa. Mas estavam extrapolando o Estatuto da Terra, ao criar o setor reformador e tudo. Isso não está no Estatuto da Terra”, diz. (Idem, p. 49)

Voltando a questão do extensionismo, vemos que I PNRA previa a assistência técnica como um importante “programa de apoio” aos assentados:

As instituições integrantes do Sistema EMBRATER, serão atribuídas **funções relevantes** no processo de Reforma Agrária, junto aos beneficiários e/ou organizações, entre as quais destacam-se:

- **participação na organização dos beneficiários e na formulação dos projetos de assentamento.**
- assistência às organizações de beneficiários, nos aspectos de gerência e informações sobre políticas agrícolas e setoriais que interferem no processo de Reforma Agrária, particularmente: **mecanismos de crédito e financiamento**, sistemas de comercialização, preços e mercados.
- **transferência de tecnologia** e melhoria dos padrões de alimentação, higiene e saneamento;
- informações sobre os serviços públicos passíveis de serem utilizados nos projetos de assentamento, nos campos da saúde, previdência, nutrição e educação. (I PNRA, 1985, p. 37, grifos nossos).

A EMBRATER fora colocada no centro do plano juntamente com o INCRA, cabendo um papel crucial na sua execução, inclusive nas áreas de assessoramento, organização, crédito e transferência de tecnologias adaptadas. Em contrapartida, a EMBRAPA somente seria lembrada uma vez em todo o documento, não sendo tomada como tão relevante para a execução do plano como a EMBRATER. Dessa forma, podemos inferir que o extensionismo seria visto não mais como uma política alternativa, mas como *parte integrante* na reforma agrária, algo inédito se comparado com sua origem.

Com efeito, verifica-se a reciprocidade dos movimentos sociais no campo, em especial o MST com a extensão rural, pois essa última passou a ser demandada

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

pela organização. Com o crescimento das organizações em torno dessas invasões de terra foi criada, em 1984 na realização do I Encontro Nacional dos Sem Terra, o MST. O movimento passou a levantar a bandeira da reforma agrária, exigindo da suposta “Nova República” programas de apoio aos assentamentos (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 4)

No II Encontro Nacional dos Assentados, organizado pelo MST, dentre as reivindicações que foram propostas e entregue ao Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, estava: “*assistência técnica desde a fase de implantação em todos os assentamentos [...]*” (*Sem Terra*, maio de 1986, p. 12). Nesse mesmo ano, a EMBRATER organizou o I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural que contou a participação das principais lideranças femininas das organizações rurais de todo o país: “*O encontro durou quatro dias, debatendo outros temas importantes: dificuldades da mulher que decide participar dos movimentos [...] situação dos sem terras nos estados presentes e a nível nacional.*” (*Sem Terra*, nov./dez., 1986, p. 14)

### Considerações finais

A pesquisa sobre a trajetória da extensão rural no Brasil ainda encontra-se em desenvolvimento e, como o próprio título já explicita, apresentamos aqui as primeiras notas de pesquisas. Gostaríamos, contudo, de ressaltar, duas questões que tentei apresentar no decorrer do trabalho. A primeira é o caráter político da extensão rural. O extensionismo foi implantado mediante a cooperação e direcionamento das agremiações das classes dominantes agroindustriais que defendiam o aumento da produtividade sem alterar a estrutura fundiária desigual. O golpe de 1964 enterrou qualquer organização que defendia a bandeira da reforma agrária significou a vitória do extensionismo. Juntamente com a pesquisa e o crédito, a extensão rural tornou-se um dos pilares da política agrícola dos governos militares auxiliando na *modernização conservadora* da agricultura na década de 70.

Em segundo lugar, veremos o retorno da mobilização dos trabalhadores rurais e pequenos produtores em torno da bandeira da reforma agrária engrossando as

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITÓRIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

fileiras da crítica à ditadura e da defesa do retorno da democracia no país. Nesse contexto de redemocratização o posicionamento da extensão rural seria de apoio a reforma agrária direcionando sua ação para a tendênciamenos produtivista e mais humanista (Rodrigues, op. cit.). Bernardo Fernandes atesta que “no final do governo Sarney, considerando as ações dos movimentos sociais, somente 6% do PNRA foi executado. Neste período foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano.” (Fernandes, op. cit., p. 59). Isso quer dizer que a reforma agrária mais uma vez foi vencida e a lei tornou-se mais representativa de uma efervescência histórica do que uma ruptura da realidade social no campo brasileiro e a extensão rural no Brasil entrou em um novo capítulo de sua história.

### Fontes e Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: UNICAMP, 1992.

BRUNO, Regina. “Liberalismo e Reforma Agrária: o Governo Castelo Branco” In: BRUNO, Regina. *Senhores da terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR 1995.

CARVALHO, Abdias Vilar de e BRUNO, Regina. “Processos Históricos: atores sociais no debate do I PNRA”. In” BRUNO, Regina (org.) *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o I Plano Nacional de Reforma Agrária, 1985.

EMBRATER. *Marco de Referência para o planejamento no SIBRATER*. Brasília: Embrater, 1976.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades 1975*, Brasília, Embrater: 1975.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades de 1976 e perspectiva 1977*. Brasília: Embrater, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. “Experiência concreta e desenvolvimento territorial”. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



## TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSVJ, UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_; MENDONÇA, Sonia Regina. *História do Brasil recente (1964-1992)*. São Paulo, Ática, 1988.

Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1974-1989.

Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 1974-1989.

Jornal *Sem Terra*, Santa Catarina, 1985-1986.

LEITE, Sérgio e PALMEIRA, Moacir. "Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas". In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

LESSA, Carlos. *A estratégia do desenvolvimento 1974-1976 sonho e fracasso*. Campinas, SP UNICAMP, IE, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010(a).

\_\_\_\_\_. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010(b).

NETTO, José Paulo. *Pequena História da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil:*

uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). Dissertação de mestrado, PPGH-UFF, 2013.

PEXOTO, Marcus. *Extensão rural – uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Centro de estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2009.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

Revista *Extensão Rural*, Brasília, EMBRATER, 1980-1989.

RIBEIRO, João Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo/Minas Gerais: Annablume/PPP/EMATER-MG, 2000.

RODRIGUES, Ciro Mascarenhas. *Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil*. Tese, Brasília, 1994.

SILVA FILHO, Manoel Marques da. *A extensão rural em meio século: a experiência do Rio Grande do Norte*. Natal, RN: Emater/RN, 2005.

SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de doutorado. Rio de

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES

DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes  
24 al 26 de junio de 2015

# ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



**TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS**

Janeiro: Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, 2009.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.